

**Cuidado em redes invisíveis: Creches informais, colonialismo e a resistência
pericapitalista nas periferias urbanas¹**

Amanda Costa Cruz Oliveira²

Resumo: O presente artigo dedica-se à compreensão de como o cuidado voltado às pessoas periféricas é impactado pelas lógicas colonialistas e capitalistas, fazendo com que alternativas pericapitalistas de cuidado surjam como resposta – sob as perspectivas históricas, sociológicas e antropológicas. Busca-se compreender o que são as creches informais, frequentemente ocultas nas estruturas sociais, mas de extrema importância para o desenvolvimento das famílias periféricas e, por consequência, para toda a nossa cadeia social. Parte-se da compreensão de Maria Puig de la Bellacasa sobre o cuidado como uma teia que envolve todos os seres vivos, mesmo nas camadas mais invisíveis da sociedade. O trabalho aponta para a noção de que o cuidado é atravessado por interseccionalidades de raça, gênero e classe social. Além disso, propõe uma crítica à ideia higienista, recorrente em estudos sobre a história das pré-escolas e creches no Brasil, de que as creches informais teriam desaparecido com o surgimento das instituições formais e com o suposto aprimoramento do sistema educacional. Tal visão contribui para o apagamento de uma parte fundamental do desenvolvimento das periferias urbanas, indo de encontro com a perspectiva Latouriana de que a modernidade coloca para escanteio tudo aquilo que é considerado ultrapassado e inferior aos modelos considerados corretos.

Palavras-chave: Cuidado. Informalidade. Pericapitalismo. Crianças. Creches.

*“Importa quais pensamentos pensam
pensamentos. Importa quais conhecimentos
conhecem conhecimentos. Importa quais relações
relacionam. Importam quais mundos mundificam*

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

² Amanda Costa Cruz Oliveira é mestranda em Ciências Sociais pela UFES e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição, pesquisadora do GAIA - Núcleo de Estudos dos Povos da Terra (UFES). E-mail: amandacostacruzoliveira@gmail.com.

*mundos. Importa quais estórias contam estórias.
[...]*”

– Donna Haraway

Introdução

A caminhada pelo bairro de São Pedro (bairro periférico na cidade de Vitória, no Espírito Santo) e seus arredores resultou no encontro despretensioso com quatro espaços denominados creches informais (Figura 1). Esses espaços não regulamentados de cuidado infantil aparecem aos montes nas periferias brasileiras e apontam para uma necessidade de que esses locais sejam reconhecidos, bem como de que os motivos de sua existência sejam escutados com atenção. Retornarei a esse ponto nos próximos tópicos, pois, no momento, é necessária uma recapitulação para compreender em que cenário esses espaços se estabelecem e se fixam.

Figura 1 - montagem de fotos das placas das creches informais de São Pedro - Vitória, ES.



Fonte: Elaborado pela autora.

Compreender o cuidado não é uma tarefa simples, pois, primeiramente, precisamos entender como as formas de cuidar na contemporaneidade foram afetadas pelo modo de produção colonial/capitalista. Façamos, então, esse esforço juntos. Analisando junto com a socióloga feminista, Silvia Federici em sua obra “O calibã e a Bruxa” (2017) destaca que o cercamento de terras fez com que a reprodução social, que era tida coletivamente, passasse a pertencer cada vez mais às famílias nucleares, e, consequentemente, as mulheres, a quem foi atribuído o papel de cuidadoras. No prefácio à edição brasileira de Tudo Sobre o Amor (bell

hooks, 2020) Silvana Silva destaca que “o capitalismo e o patriarcado, juntos, como estrutura de dominação, produziram o afastamento das famílias nucleares e suas respectivas famílias estendidas” (SILVA, in: HOOKS, 2020, p. 17). Dessa forma, o cuidado que era partilhado entre várias pessoas acabou passando por menos mãos, de modo que em um parâmetro oposto a esse, como destaca Sobonfu Somé (2007) sobre a sua comunidade chamada Dagara, compreende-se que o cuidado não pode caber a uma pessoa só, mas sim que a criação de uma criança pertence a todos, pois seria impossível realizar tal tarefa sozinho:

Se uma criança cresce achando que sua mãe e seu pai são sua única comunidade, quando tem um problema e seus pais não conseguem resolvê-lo, ela não tem a quem recorrer. Os pais são os únicos responsáveis pelo que aquela criança se torna, é isso é pedir demais para apenas duas pessoas. Pior ainda: muitas vezes, uma única pessoa é deixada com os filhos. (Somé, 2007, p. 43)

Nesse, sentido, a professora elabora sobre a necessidade da comunidade em todos os sentidos da vida Dagara, principalmente naquilo que corresponde ao âmbito familiar, as crianças são responsabilidades de todos:

Quando você tem um filho, por exemplo, não é só seu, é filho da comunidade. Do nascimento em diante, a mãe não é a única responsável pela criança. Qualquer outra pessoa pode alimentar e cuidar da criança. Se outra mulher tiver um bebê, ela pode dar de mamar a qualquer criança. Não há o menor problema.

Algumas vezes, quando uma mãe quer ver seu filho, ela não consegue, porque muitas pessoas estão cuidando dele. Lembro-me de que costumava pregar uma peça nas minhas irmãs. Eu pegava seus filhos e desaparecia com eles por um bom tempo. Minhas irmãs ficavam pensando onde estariam seus filhos, mas sabiam que estavam seguros. (Somé, 2007, pp. 42-43).

Alongando o fio do diálogo estabelecido com Somé (2007) sobre o cuidado como um fazer juntos, vamos à conceituação de cuidado trazida por Maria Puig de La Bellacasa (2017), que vai expandir uma análise tradicional – que parte de autoras feministas – para abraçar outros seres e compreendê-lo como algo que não se dá de uma forma solitária e unilateral, mas a qual todos os seres, humanos e não humanos, vão precisar para se manter:

Cuidado é tudo que é feito (no lugar de tudo que nós fazemos) para manter, dar continuidade e reparar o mundo para que todos (no lugar de nós) possam viver nele da melhor forma possível. Esse mundo inclui... tudo que buscamos entrelaçar em uma complexa teia sustentadora da vida (BELLACASA, 2017, p.103 modificado a partir de Tronto 1993, p. 161, tradução nossa)

George Marcus (1995) propõe que uma das formas contemporâneas do fazer etnográfico é a investigação de determinadas temáticas a partir das linhas que elas traçam em diversos lugares:

O outro modo, muito menos comum, de pesquisa etnográfica autoconscientemente inserida em um sistema mundial, agora frequentemente associado à onda de capital intelectual rotulada de pós-moderna, sai dos locais únicos e das situações locais dos projetos convencionais de pesquisa etnográfica para examinar a circulação de significados, objetos e identidades culturais em um espaço-tempo difuso. Esse modo define para si mesmo um objeto de estudo que não pode ser considerado etnograficamente se permanecer focado em um único local de investigação intensiva. Em vez disso, desenvolve uma estratégia ou projeto de pesquisa que reconhece conceitos e narrativas macroteóricos do sistema mundial, mas não depende deles para a arquitetura contextual que enquadra um conjunto de sujeitos. (Marcus, 1995, p. 96)

O autor usa o exemplo de Tsing (2022), que investiga as redes que o cogumelo matsutake propõe para o mundo em diversos níveis. A autora realiza a sua pesquisa etnográfica em três países e atravessa várias perspectivas científicas para compreender o tema – é dela que tomo emprestado o conceito de pericapitalismo, que são os locais de aproveitamento que vão estar dentro e fora do capitalismo.

Ora, se para compreendermos o cuidado é necessário fazer uma reflexão que perpassa diferentes áreas das Ciências Sociais, da história e dos limites geográficos, explodindo os conceitos de uma etnografia clássica, que busca entender fenômenos a partir de microcosmos em comunidades específicas, pode-se compreender o cuidado como multissituado. Marcus (1995) elabora:

Na etnografia multissituada, a comparação emerge da colocação de perguntas a um objeto de estudos emergente cujos contornos, locais e relações não são conhecidos de antemão, mas são, eles próprios, uma contribuição para a elaboração de um relato que tem diferentes locais de investigação no mundo real, completamente conectados (ibid., p. 102, tradução nossa).

A análise multissituada do cuidado perpassa por todo o artigo até, por fim, encontrar o seu foco principal, as creches informais.

Figura 2 - Bairros São Pedro, em Vitória, e Vila Capixaba, em Cariacica, em que se localizam as creches informais analisadas.



Fonte: Google Earth.

A figura 2 destaca os bairros Vila Capixaba, em Cariacica, e São Pedro, em Vitória, ambos no estado do Espírito Santo, onde estão localizadas as creches informais estudadas. Já foi iniciada uma incursão de campo casa no município de Cariacica, que resultou em duas iniciações científicas e em um trabalho de conclusão de curso. Já sobre as creches em Vitória, foi feita apenas a localização destes ambientes com a expectativa de um olhar mais aprofundado

posteriormente. Os dois bairros apresentam o perfil de residentes de classe média baixa, com acesso a infraestrutura pública (saneamento básico, calçamento, energia elétrica), contendo casas e pequenos prédios de até cinco andares e comércio de micro e pequeno porte (segundo a classificação do SEBRAE³)

Este artigo se dividirá, além da introdução, em mais dois tópicos, o primeiro busca explorar como a interseccionalidade atravessa o cuidado e como a cultura ocidental contemporânea afastou as pessoas marginalizadas das possibilidades de uma reprodução social plena. O segundo tópico busca compreender o que são as creches informais e como elas se tornam ocultas por trás de um conceito de modernidade que afasta a importância das redes de cuidado e, por fim, na conclusão, se propõe um olhar de atenção para as creches informais como um ponto chave de compreensão do cuidado na contemporaneidade.

O que atravessa o cuidado?

Para iniciar esse tópico, é necessário trazer o pensamento de Marshall Sahlins no livro *Cultura e Razão Prática* (2003) ao situar o capitalismo enquanto uma forma cultural, assim como todas as outras existentes no mundo, que não se baseia em uma razão elevada acima de qualquer simbolismo e regramentos que não tenham fins estritamente utilitaristas, o que comemos, o que vestimos, o que pensamos, como nos comportamos em relação uns aos outros são culturalmente guiados. O autor explica que “As determinações gerais da práxis estão sujeitas às formulações específicas da cultura, isto é, de uma ordem que goza, por suas propriedades de sistema simbólico, de uma autonomia fundamental” (ibid., p. 63). Nesse argumento, pontuo que o cuidado — o ato de cuidar, quem cuida e de quem se cuida na contemporaneidade — é guiado culturalmente, mesmo que, como pontuado anteriormente por

³ Segundo as informações disponíveis no site da Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Microempresas (ME) – quando se trata de comércio e serviços – são aqueles negócios que tem até 9 funcionários, já no casos de Empresas de Pequeno Porte (EPP) o número varia entre 10 e 49 funcionários. Para mais informações, acesse: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf

Bellacasa (2017) todos façam parte de uma rede maior, ela convida a um olhar não-inocente sobre ele:

Embora a análise materialista feminista do cuidado tenha exposto a dependência da sociedade no cuidado — sua importância — ela também revelou as complexidades do trabalho feito pelos cuidadores, mostrando como as relações de dependência no cuidado podem ser tão cruéis quanto amorosas, desvendando o que realmente é feito em diferentes situações sob a categoria geral de cuidado. (Bellacasa, 2017, p. 11, tradução nossa)

Nesse sentido, a análise interseccional – de raça, gênero e classe – nos é útil para compreender o paradigma cultural das sociedades ocidentais em que o cuidado está permeado. O feminismo marxista, segundo Bhattacharya (2017), explica que a reprodução social seria uma das lógicas que permeiam o capitalismo, um sistema dual dividido nas lógicas da produção – forma como os seres humanos transformam a natureza em coisas para satisfazerem as suas necessidades – e da reprodução. Ela “refere-se a atividades e atitudes, comportamentos e emoções, responsabilidades e relacionamentos diretamente envolvidos na manutenção da vida, diariamente e intergeracionalmente” (Bhattacharya, 2017, p. 6, tradução nossa) sendo essa uma posição pormenorizada.

A autora explica ainda que é exigido das pessoas que elas dediquem mais tempo à produção do que a manutenção da vida, principalmente entre as camadas populares (que precisam despende um tempo maior de suas vidas no trabalho remunerado para sustentarem as suas famílias). Nesse sentido, elas não conseguem reproduzir plenamente aquilo que é necessário para a continuidade do sistema. Esse processo é denominado contradição sócio-reprodutiva do capitalismo⁴.

Federici (2019) explica que o cercamento de terras na Europa no início da revolução industrial trouxe consigo também uma ideologia que restringiu as mulheres ao trabalho doméstico, às estabelecendo como seres menos capazes de realizar tarefas ligadas à produção, e pauperizando o cuidado; pois, mesmo fazendo um uso pericapitalista do que ele oferece, no sentido utilizado por Tsing de espaços de produção que estão simultaneamente dentro e fora do

⁴ Para mais informações sobre como essa questão é analisada pelas feministas da reprodução social, veja: ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. São Carlos: **Contemporânea**, 2023, v. 13, n. 2 p. 619-651.

capitalismo mas que são aproveitados pelo sistema. A reprodução permanece como um campo insubmisso ao qual o capitalismo não domina totalmente.

Mas, uma análise interseccional não resiste sozinha sem analisarmos também como a racialização está imbuída na problemática. Analisando o contexto das mulheres negras brasileiras, Lélia González (1989) nos traz que elas são colocadas no papel de cuidadoras das famílias dos outros. Essa lógica advém do período escravocrata, na qual a pecha de “mucama” – aquela que cuida dos filhos dos brancos e é obrigada a ter relações com o senhor – seguiu junto com o desenvolvimento do Brasil. “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984, p. 230). Mas quem se importa com os filhos da mucama?

A autora bell hooks (2014), analisando o cenário estadunidense, também pontua que o início da diferenciação racializada entre mulheres teve início na escravização. A justificativa de desumanização viria em uma tentativa de justificar que as mulheres negras seriam mais fortes, resistentes e brutas, enquanto as brancas precisariam de delicadeza e cuidados; se as primeiras pudessem ser classificadas enquanto mulheres, então as brancas poderiam ser consideradas capazes também, esse movimento romperia com a lógica colonial-patriarcal. Com o passar do tempo, as mulheres racializadas foram empurradas para empregos relacionados ao cuidado e menos valorizados, sendo nesse sentido que ela aponta: “Nós parecemos ser unanimemente eleitas para sermos instaladas nos locais que as mulheres brancas abandonaram” (HOOKS, 2014, pág. 7). Hortense J. Spillers concatena com essa visão no texto *Bebê da Mamãe, Talvez do Papai* (2021) ao demonstrar que para a sociedade o corpo do escravizado perde seu papel de sujeito para se tornar apenas carne: “aquele grau zero de conceituação que não escapa da dissimulação sob a escova do discurso ou dos reflexos da iconografia” (SPILLERS, 2021, p. 3), aqui ela pontua a sociedade branca estadunidense, mas penso que esse contexto pode também ser expandido para a realidade brasileira.

Nesse cenário a autora nos traz que a pessoa feminina africana não foi imbuída da noção de “corpo feminino sacralizado”, se tornando carne desgenerificada, a quem se podia agredir, estuprar, se podia forçar a servidão e a quem não faria sentido noções como a de maternidade,

pertencendo a um lugar fora das binaridades estabelecidas em relação ao gênero. A questão do cuidado e as dificuldades impostas para a continuidade dele, assumem fator significativo quando fala-se sobre as mulheres negras, grande parte da reprodução invisível desse cuidado vem a partir delas.

Com o afastamento das famílias estendidas e, conseqüentemente, com a diminuição das redes de apoio, as famílias das classes mais baixas passam a ter menos opções com quem contar para aquilo que tange a sua reprodução social. Com os salários mais baixos, uma maior distância dos trabalhadores do local de trabalho e longas escalas de trabalho se vão também os bens chamados tempo e dinheiro. Dentro disso, retomo o questionamento: Quando falamos das pessoas marginalizadas, sendo elas pobres e/ou racializadas, quem se importa com a manutenção das suas vidas e dos seus? Que maneiras de sobrevivência encontram no sistema cultural capitalista?

A modernidade e a não submissão do cuidado

As chamadas creches informais, ou casas de tomar conta (Fernandes, 2017), são espaços informais de cuidado infantil em tempo parcial e/ou integral, que cuidam de crianças da mais tenra idade até a sua pré-adolescência. Esses espaços usualmente estão dentro da casa das cuidadoras e abrigam um grande número de crianças por vez – diferente de um serviço de babá, que tem um aspecto mais individual. Grande parte de seus cuidadores, conforme visto em Fernandes (2017; 2021) e Araújo e Rudy (2022) são mulheres sem formação específica para o desenvolvimento da atividade. As chamadas “tias” estabelecem com as crianças e suas famílias uma espécie de parentesco, suas conexões vão para além daquela presente dentro das quatro paredes do espaço. Os valores cobrados mensalmente variam de acordo com o turno desejado, mas em geral praticam preços mais baratos que as creches formais, além de oferecerem horários mais flexíveis que os do ambiente institucional. Muito presentes em zonas periféricas, como trazido na introdução com o exemplo do bairro São Pedro, em Vitória-ES, esses espaços fazem parte das rotinas diárias e intergeracionais dos moradores, possibilitando seu desenvolvimento e a criação de seus filhos. No bairro de periferia em questão, fora notado um padrão diferente das creches observadas em Cariacica, também no Espírito Santo. Em São Pedro, como

destacado na Figura 1, as creches têm placas com o nome de suas tias responsáveis, além de outras informações pertinentes ao seu funcionamento, a informalidade parece ganhar outros contornos no bairro, uma suposição, ainda preliminar, é de que pela importância que estes espaços adquiriram ao longo da história do desenvolvimento daquela população, se firma um acordo coletivo não dito de que, pelo menos ali, tal improvisação é permitida e não é podada pelos regramentos legais.

Dessa forma, tal informalidade permite que as famílias de classes mais baixas tenham acesso ao cuidado de suas crianças enquanto não conseguem uma vaga integral no ensino público e quando os horários tradicionais não suprem as famílias. Fernandes (2021) pontua ainda que:

Vale ressaltar que este é um modelo de atenção complementar ao cuidado oferecido pela creche, pela pré-escola e pela família (avós e parentes que ficam com as crianças), indicando que mesmo em um contexto no qual é possível recorrer aos familiares ou às instituições, o acionamento de outros meios de suporte é fundamental. (FERNANDES, 2021, p. 5)

Com a “modernização” do Brasil no início de século XX surge também um discurso higienista em relação ao cuidado – destaco a lógica evolucionista da educação em Castro e Souza (2015), Oliveira (1988) e Mendes (2015) em que uma fase da educação é mostrada como precedendo uma anterior, que desaparece. As formas informais do cuidar infantil que existiam na época foram aos poucos sendo substituídas no discurso público pelas redes de cuidado formal, restando às demais formas a invisibilidade ou a crítica às outras formas existentes:

Enquanto que a maior parte dos estudos existentes foca criticamente no papel de mulher-mãe exercido pelas crecheiras, enxergando-o em termos de falta de profissionalismo e/ou de resiliência na periferia urbana, este artigo decididamente sublinha que esse papel também pode ser visto como algo positivo, produtivo e construtivo, uma vez que as crecheiras não resolvem apenas o dilema de mães e pais que moram em periferias urbanas, precisam trabalhar e não contam com serviços de cuidados públicos ou particulares acessíveis. Apesar dos limites de suas iniciativas e práticas econômicas, as crecheiras também têm criado modos de sustento e de vida que beneficiam toda a comunidade. (ARAÚJO; RUDY, 2022, p. 20)

O ocultamento das formas tidas como inadequadas de prover o cuidado vão de encontro com a proposição de Latour (1994). O autor explica que a modernidade tal como conhecemos

estabeleceria um rompimento radical com aquilo considerado ultrapassado e inferior à lógica moderna de gestão da vida e tecnologias. Segundo sua elaboração, os modernos sentiriam um prazer com o rompimento com o passado. Esse rompimento estabeleceu também uma cisão entre natureza e cultura, um foi tido como radicalmente diferente do outro, e, se dentro dessa lógica o cuidado é tido enquanto pertencente a esfera da natureza (Plumwood, 2003), e consequentemente colocava a natureza como inferior a cultura, então a única forma de cuidado que pode existir dentro da cultura hegemônica é aquela higienizada dentro das regrinhas da sociabilidade.

Por que então pensar no que me conecta com todos os outros seres, humanos e não humanos (como propõe Bellacasa), se a tal modernidade me provê um afastamento higienizante que me afasta daquilo que considero inferior? Para dialogar com a questão Bellacasa (2017) propõe – sobre o pensamento de Latour – ser necessário superarmos oposições binárias:

[...] continuamos presos em oposições binárias, na percepção de que, para dar conta dos fenômenos, precisamos construir uma ponte entre dois mundos. E, mesmo ao tentar construir essa ponte, ainda tendemos a conceder a um dos lados o poder de conhecer, e até mesmo de agir sobre, o outro: a natureza explica a sociedade (ou vice-versa) (Bellacasa, 2017, p. 32, tradução nossa)

Portanto, ao abandonar a lógica binária dos “modernos” que afasta o cuidado e se envergonha da natureza considerada ultrapassada, podemos nos focar em olhar para o que acontece nas periferias urbanas e na manutenção da vida das pessoas pobres e/ou racializadas sabendo que isso atinge a todos, por mais moderno que se pretenda.

Conclusão

Em seu livro *Cultura e Razão Prática* (2003), Marshall Sahlins discute, trazendo os argumentos de diversos autores da antropologia, entre outras coisas, sobre a noção de que a disciplina pode e deve estudar certos aspectos culturais a partir de suas ordens simbólicas, não tentando trazer uma visão funcionalista abrangente que acolha todas as realidades sociais do mundo e que se pretenda dar um denominador comum para todas as relações sociais humanas. O antropólogo indica que:

A cultura não é meramente a expressão da natureza sob outra forma. Antes, pelo contrário, a ação da natureza se desdobra nos termos da cultura, isto é, sob uma forma que não é mais a sua própria, mas sim incorporada como significado. O que não consiste em uma mera tradução. O fato natural assume nova forma de existência como fato simbolizado; seu desenvolvimento e suas consequências culturais são governados já agora pela ação entre sua dimensão significativa e outros significados, em vez da relação entre sua dimensão natural e outros fatos. Tudo isso, é claro, dentro dos limites materiais. (Sahlins, 2003, p. 208)

Ao tecer esse comentário, ele indica que as ações da natureza são significadas por meio das culturas, sua dimensão significativa não indica diretamente uma razão funcionalista das ações e hábitos humanos.

É nesse sentido que Anna Tsing (2022) demonstra que os cientistas estadunidenses ignoravam as perspectivas japonesas – sobre o cogumelo matsutake – por a acharem específicas demais e não escaláveis, ignorando a riqueza que a especificidade poderia - e deveria - trazer para a prática científica norte-americana. Esse ethos funcionalista estadunidense se expande, como visto, em diversas práticas da ciência, e, como povo colonizado que somos, acabamos por aderir a certos aspectos de seus conhecimentos.

O pensamento de Tsing (2022) nos coloca em posição de observar aquilo que é específico e não escalável como forma de compreender o mundo em que vivemos e coabitamos. Entender o cuidado como pertencente a uma antropologia multissituada (Marcus, 1995) faz com que estejamos atentos às realidades que nos perpassam e nos conectam com aquilo que pensamos não existir. Se até aqui você ainda se pergunta “mas o que uma creche informal tem a ver comigo?” a resposta que te dou é que sem esses espaços, não existe toda uma face da reprodução periférica, pessoas que mantêm o funcionamento das cidades, dos hospitais, das escolas, dos mercados, dos shoppings, das pequenas e grandes empresas, entre outros.

É necessário que compreendamos o capitalismo enquanto uma forma cultural, que, como todas as outras, pode apresentar contradições, pois não se baseia naquilo que seria o mais lógico, o utilitarista. Esse mesmo sistema, ao mesmo tempo em que precisa que a manutenção da vida ocorra, impõe também que distinções de raça, gênero e classe sejam impostas sobre quem deveria ter acesso a isso e quem deverá cuidar de forma coercitiva.

Essa contradição se expressa de maneira particularmente aguda nas periferias urbanas, onde o cuidado é, simultaneamente, indispensável e desvalorizado. A naturalização das

desigualdades raciais e de gênero faz com que o cuidado seja atribuído, quase como destino, às mulheres pobres e negras, reforçando uma hierarquia histórica que remonta ao período colonial e escravocrata. Lélia Gonzalez (1984) e bell hooks (2014) apontam que essa distribuição desigual não é apenas econômica, mas simbólica: o trabalho das mulheres negras é lido como extensão de um corpo historicamente disponível, associado à força e à servidão. Assim, o capitalismo não apenas explora o cuidado, como também o racializa, o feminiliza e o localiza socialmente, transformando uma necessidade universal em um marcador de desigualdade.

As creches informais vêm atuando enquanto uma resistência pericapitalista nas periferias urbanas ao prover o cuidado para aqueles que não consegue acessar o que é tido como o “cuidado ideal” nas creches, escolas e pré-escolas, mas são tornadas invisíveis por um conceito de Modernidade que esconde tudo aquilo que é considerável indesejado e ultrapassado, colocando tudo aquilo que se diz “natureza”, no caso a manutenção da vida, como algo que deva ser escondido, nunca debatido. O cuidado persiste como um campo de resistência, em que relações comunitárias, afetivas e solidárias criam brechas dentro do sistema capitalista.

Dessa forma, pretendeu-se, neste artigo, propor uma discussão inicial e ampla acerca do cuidado no urbano capitalista e sobre as creches informais, buscando retirar esses espaços da invisibilidade e pautar sua importância na contemporaneidade. Foi feita também uma discussão acerca do que o conceito de modernidade impõe para o cuidado para que, por fim, possa se compreender um dos fios do que Maria Puig de la Bellacasa propôs como sendo parte de uma teia muito maior que engloba os seres humanos e não humanos.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Shadia Husseini; RUDY, Julia Taveira. Criando Territórios em Resistência: Periferias Urbanas, Economias Diversas e o Papel Socioeconômico de Creches e Crecheiras em Santa Luzia, Distrito Federal. **GEOgraphia**, Niterói, vol: 24, n. 52, e47289, 2022. DOI: 10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a47289. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/47289>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

BELLACASA, María Puig de La. **Matters of Care: Speculative Ethics in More Than Human Worlds**. 1. ed. Londres: University of Minnesota Press, 2017.

BHATTACHARYA, Tithi. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.) **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression**. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2017. pp. 01-21.

CASTRO, Mayara Alves de; SOUSA, Alba Patrícia Passos de. História das creches no Brasil até a Constituição de 1988. In: ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO, 14., 17-19 set. 2015, Fortaleza (CE). **Anais [...]**Fortaleza (CE): EdUECE, 2015. p. 490-499. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/41482?locale=en>. Acesso em: 08 de janeiro de 2025.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Revista de Antropologia**, v. 64, n. 3. São Paulo: USP, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/hw6KQYf9xgJ9P5vpRQ7Y7nx/>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado**. 2017. 250f Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, Tithi (Org.) **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Oppression**. 1. ed. Londres: Pluto Press, 2017. pp. 21-37.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984. e-Disciplinas USP.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. 1. ed. Lisboa: Plataforma Gueto, 2014.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: Novas perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. **Annual review of anthropology**, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

MENDES, Sarah de Lima. Tecendo a História das Instituições do Brasil Infantil. **Revista Saberes**, Natal, v. 1, n. 11. pp. 94 - 100. 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. A creche no Brasil: Mapeamento de uma trajetória. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 14, n. jan/jun. pp. 43 - 52. 1988.

PLUMWOOD, Val. Feminism and Ecofeminism. In: **Feminism and the Mastery of Nature**. Taylor & Francis. Nova Iorque: e-Library, 2003.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**: Ensinamentos Ancestrais Africanos Sobre Maneiras de se Relacionar. São Paulo: 2007.

SPILLERS, Hortense J. Bebê da Mamãe, Talvez do Papai: Uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André (Org.). **Pensamento Negro Radical**: Antologia de ensaios. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2021. pp. 28-67.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O cogumelo no fim do mundo**: Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições. 412 p., 2022.